

NewCo S.A.

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto 101 – parte e 701 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

NewCo S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NewCo S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da NewCo S.A., e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação

adequada.

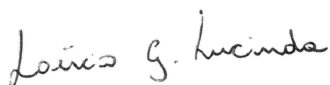
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP-023228/O-4



Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP-241847/O-9

NEWCO S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	103.732	4.079	67.477.736	48.485.724
Contas a receber de clientes	7	-	-	8.394.228	8.751.731
Outras contas a receber	8	2.114.865	-	3.771.741	4.656.404
Impostos e contribuições a recuperar		8.533	-	69.516	59.884
Outros créditos	9	7.462.225	2.910	-	72.429
		9.689.355	6.989	79.713.221	62.026.172
Não circulante					
Investimento	10	217.224.227	206.735.158	-	-
Imobilizado	11	-	-	322.962.941	340.261.672
Intangível	12	-	-	2.116.111	2.216.111
		217.224.227	206.735.158	325.079.052	342.477.783
Total do ativo		226.913.582	206.742.147	404.792.273	404.503.955

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	15.243.254	15.506.946
Fornecedores		2.992	5.716	2.566.279	1.459.995
Obrigações tributárias	14	196	921	4.845.220	4.894.782
Imposto de renda e contribuição social		-	-	959.848	868.372
Dividendos a Pagar	15	21.531.220	-	21.531.220	-
Outras contas a pagar		-	-	635.446	368.184
Contas a pagar entre partes relacionadas	21	3.372.676	16.262	-	-
		24.907.084	22.899	45.781.267	23.098.279
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos.	13	-	-	157.004.508	174.686.428
		-	-	157.004.508	174.686.428
Patrimônio líquido					
Capital social	16	174.513.654	174.513.654	174.513.654	174.513.654
Ganho em Operações Societárias		13.745.770	13.745.770	13.745.770	13.745.770
Reserva de Lucros		13.747.074	18.459.824	13.747.074	18.459.824
		202.006.498	206.719.248	202.006.498	206.719.248
Total do passivo e patrimônio líquido		226.913.582	206.742.147	404.792.273	404.503.955

NEWCO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	17	-	-	78.469.067	71.004.520
Custos da operação	18	-	-	(29.399.917)	(24.143.156)
Lucro bruto		-	-	49.069.150	46.861.364
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	18	(239.781)	(32.108)	(6.901.657)	(3.879.146)
Outras receitas e despesas	18	-	-	2.036.776	(253.174)
		(239.781)	(32.108)	(4.864.881)	(4.132.320)
Resultado operacional		(239.781)	(32.108)	44.204.269	42.729.043
Receitas financeiras	19	-	78.386	4.990.504	2.627.225
Despesas financeiras	19	(25.105)	(5.480)	(27.297.533)	(23.770.223)
Resultado financeiro		(25.105)	72.906	(22.307.029)	(21.142.997)
Outras Despesas e Receitas Operacionais					
Receita com Equivalência Patrimonial	10	17.083.355	18.476.732	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		16.818.469	18.517.530	21.897.240	21.586.046
Imposto de renda e contribuição social.	20	-	-	(5.078.771)	(3.068.516)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		16.818.469	18.517.530	16.818.469	18.517.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWCO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro do exercício	<u>16.818.469</u>	<u>18.517.530</u>	<u>16.818.469</u>	<u>18.517.530</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>16.818.469</u>	<u>18.517.530</u>	<u>16.818.469</u>	<u>18.517.530</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWCO S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Total Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Ganho em Operações Societárias	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	1.000	(900)	100	-	-	-	(57.706)	(57.606)
Aumento de Capital Social	174.512.654	-	174.512.654	-	-	-	-	174.512.654
Capital Social integralizado	-	900	900	-	-	-	-	900
Ganho em Operação Societária	-	-	-	-	-	13.745.770	-	13.745.770
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.517.530	-	-	-	18.517.530
Transferência	-	-	-	(57.706)	-	-	57.706	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	174.513.654	-	174.513.654	18.459.824	-	13.745.770	-	206.719.248
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.818.469	-	-	-	16.818.469
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	(1.763.915)	1.763.915	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	(3.994.386)	-	-	-	(3.994.386)
Distribuição de Lucros	-	-	-	(17.536.833)	-	-	-	(17.536.833)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	174.513.654	-	174.513.654	11.983.159	1.763.915	13.745.770	-	202.006.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEW CO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		16.818.469	18.517.530	16.818.469	18.517.530
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:					
Depreciação / Amortização	11/12	-	-	18.509.393	15.435.907
Amortização do custo de transação dos empréstimos	13	-	-	1.635.833	1.421.683
Juros sobre empréstimos	13	-	-	15.514.618	13.944.906
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	5.078.771	3.068.516
Receita com Equivalência Patrimonial	10	(17.083.355)	(18.476.732)	-	-
Resultado na venda de imobilizado		-	-	-	252.611
Aumento líquido/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	357.502	(2.205.328)
Tributos a recuperar		(8.533)	-	(9.632)	292.115
Outras contas a receber		(115.056)	-	884.663	375.532
Outros créditos		(2.864.838)	(2.910)	72.429	-
Fornecedores		(2.724)	5.716	1.106.284	1.105.174
Obrigações tributárias		(725)	706	(769.718)	184.562
Outras contas a pagar		-	(57.393)	267.262	(3.190.380)
Contas a pagar entre partes relacionadas		3.356.414	16.262	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		99.652	3.179	59.465.874	49.202.828
Juros pagos	13	-	-	(15.761.100)	(13.998.328)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(4.267.138)	(2.716.709)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		99.652	3.179	39.437.636	32.487.791
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(1.110.662)	-
Recursos provenientes da venda de imobilizado		-	-	-	17.300
Caixa líquido proveniente de transferência de investimentos		-	-	-	31.153.239
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		-	-	(1.110.662)	31.170.539
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização do principal	13	-	-	(16.493.223)	(13.557.348)
Aplicação financeira restrita	13	-	-	(2.841.739)	(1.616.158)
Integralização de Capital Social		-	900	-	900
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		-	900	(19.334.962)	(15.172.606)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		99.652	4.079	18.992.012	48.485.724
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-	48.485.724	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.079	4.079	67.477.736	48.485.724
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		99.652	4.079	18.992.012	48.485.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NewCo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, domiciliada na Alameda Santos, n. 960, 18º andar, Cj. 182, Sala 2, São Paulo/SP.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 6 de março de 2024 a Companhia deliberou a alteração da razão social da Companhia de “UFV MISSAGRA I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.” para “NewCo S.A”, e deliberou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 1.000,00 para R\$ 174.513.654,48, mediante a emissão de 174.512.654 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação.

As ações emitidas foram totalmente subscritas na seguinte proporção: (i) Fundo de Investimento em Participações Conjunto Coremas – Multiestratégia, fundo de investimento registrado no CNPJ sob o n.º 8.556.828/0001-40, subscreveu 174.512.651 ações, pelo valor total de R\$ 174.512.651,00, e (ii) Nordic Power Partners P/S, subscreveu 03 (três) ações, pelo valor total de R\$ 3,00 (três reais), as quais foram por eles integralizadas mediante a contribuição de ações, de sua titularidade, representativas de 100% do capital social das empresas Coremas I Geração de Energia SPE S.A. , Coremas II Geração de Energia SPE S.A. e Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

Em 4 de novembro de 2025, a CHINA ENERGY OVERSEAS INVESTIMENTO GESTAO E SERVICOS DO BRASIL LTDA., sociedade integrante do grupo China Energy, concluiu a aquisição de três usinas fotovoltaicas denominadas Coremas I, II e III, mediante a aquisição de 100% de participação societária em uma NewCo constituída para esse fim.

Em decorrência dessa transação, houve alteração no controlador final da Companhia, que passou a ser, indiretamente, o grupo China Energy. A Administração entende que a referida operação não impactou, de forma relevante, a continuidade operacional, tampouco os critérios contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) considerando os pronunciamentos, orientações e instruções emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes para a adequada interpretação das demonstrações financeiras estão devidamente apresentadas, sem omissões ou distorções que possam comprometer sua interpretação, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 22 de abril de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas, mencionadas a seguir:

Empresa	País-Sede	Participação	
		31.12.2025	31.12.2024
Coremas I Geração de Energia SPE S.A.	Brasil	100%	100%
Coremas II Geração de Energia SPE S.A.	Brasil	100%	100%
Coremas III Geração de Energia SPE S.A.	Brasil	100%	100%

2.4.1 Coremas I

A Coremas I Geração de Energia SPE S.A. é uma sociedade anônima constituída em 10 de agosto de 2011 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, manutenção e operação de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia solar com dezesseis unidades geradoras (inversores) de 1,6875 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada. A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas I	220/2015	15/05/2015	35 anos	27	6,9

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve contrato de compra e venda de energia de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
SOL Coremas I	6º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2014	R\$ 219,78	Out/2017 a Set/2037	IPCA	Outubro

2.4.2 Coremas II

A Coremas II Geração de Energia SPE S.A. é uma sociedade anônima constituída em 10 de agosto de 2011 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no Estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia solar com dezesseis unidades geradoras (inversores) de 1,6875 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas II	370/2016	19/07/2016	35 anos	27	6,9

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve contrato de compra e venda de energia de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Coremas II	7º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2015	R\$ 301,88	Ago/2017 a Jul/2037	IPCA	Agosto

2.4.3 Coremas III

A Coremas III Geração de Energia SPE S.A. é uma sociedade anônima constituída em 16 de fevereiro de 2016 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia solar com nove unidades geradoras (inversores) de 3,000 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas III	210/2016	31/05/2016	35 anos	27	7,1

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
SOL Coremas III	8º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2015	R\$ 302,80	Nov/2018 a Out/2038	IPCA	Novembro

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras foram realizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros:

Vida útil dos ativos

A vida útil dos ativos é estimada com base na análise técnica das reais condições de uso e necessidade de manutenção do ativo bem como a análise do período pelo qual o ativo pretende ser utilizado nas operações da Companhia, conforme período de autorização indicado nos itens 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3. Os ativos são submetidos à análise sobre a necessidade de testes de recuperabilidade (*impairment*) a cada exercício

financeiro, para determinar se há algum indicativo de que os ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável, conforme nota 4.4. (ii). A taxa média anual de depreciação computadores e periféricos é 20% a.a.

Provisão para perdas em processos judiciais

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas, no passivo, com base na expectativa de perda provável definida pelos assessores jurídicos da Administração. Estas provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Provisão de ressarcimento

A Companhia reconhece a provisão de ressarcimento em virtude de desvios negativos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da provisão de ressarcimento ocorre, durante o ciclo contratual, quando a Companhia considera provável incorrer em passivos de ressarcimento por desvios negativos de geração de energia.

Reconhecimento de receita anual variável

A Companhia reconhece a receita quando da apuração dos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da receita variável ocorre ao final do ciclo contratual quando há a apuração do saldo acumulado da conta de energia e a Companhia passa a ter o direito à contraprestação de receita sobre os desvios positivos de geração energia.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº5.

4.1. Instrumentos financeiros

(i) Ativo Financeiro

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A classificação de um instrumento financeiro no momento inicial é como segue:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (perdas por *impairment*). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Se o instrumento financeiro for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado após seu reconhecimento inicial, ou não tiver sido anteriormente reconhecido, a diferença no momento da designação entre o valor contábil, se houver, e o valor justo é imediatamente reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a

Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais (pagamento de principal e de juros).

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamento (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo Financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxo de caixa de ativos específicos (por exemplos, baseados na performance de um ativo).

(ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 24.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

4.2. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e Mensuração*

O ativo imobilizado é inicialmente mensurado pelo seu custo histórico de aquisição. Os componentes do custo contemplam (a) as aquisições; (b) os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento e (c) custos de empréstimos atribuíveis diretamente à construção do ativo imobilizado.

(ii) *Custos subsequentes*

Os custos de manutenção periódica dos ativos são reconhecidos no resultado quando de sua competência. Custos subsequentes apenas são capitalizados quando, e na medida que, prováveis benefícios econômicos associados ao item fluam para a Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada separadamente para cada item do ativo com custo significativo (em relação ao custo total). O cálculo é efetuado com base na vida útil, limitada ao período de autorização, e valores residuais estimados, utilizando o método linear, considerando o menor período a entre a vida útil e o prazo de autorização (notas 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3).

A depreciação do período é reconhecida no resultado e os métodos de cálculo, e as estimativas são revistas a cada exercício financeiro para determinar se há alguma indicação de que houve perda por redução de valor recuperável.

4.3. Receitas de venda de energia elétrica

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

(i) *Reconhecimento da receita*

O principal critério de reconhecimento e mensuração da receita do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período no tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(ii) *Contrato com CCEE*

Corresponde, se aplicável, ao pagamento associado aos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. Os valores são apurados ao final de cada ano contratual pelo controle do saldo acumulado da conta de energia.

Receitas mensais recorrentes

A Companhia reconhece receita operacional mensalmente pela entrega de produção da energia ao Contrato de Energia de Reserva (CER)

Receitas anuais variáveis

O Contrato de Energia de Reserva (CER) estabelece que sejam apuradas, ao final de cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. A parcela do saldo acumulado ao final de cada ano contratual que extrapolar os limites da faixa de tolerância confere direito à contraprestação de receita variável.

O reconhecimento da receita variável no resultado ocorre mensalmente, ao longo da apuração do saldo acumulado da energia gerada excedente, quando a Companhia controla o cumprimento da obrigação de desempenho contratual.

4.4. Redução ao valor recuperável

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (i) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de cliente é reconhecida quando, e na medida em que, a Administração considera que é pouco provável que o devedor pague suas obrigações de crédito à Companhia.
- (ii) **Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo supere o valor recuperável estimado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia concluiu não haver indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos (financeiros e não financeiros).

4.5. Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A controladora é optante pelo lucro real.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável, a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

As controladas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram optantes pela tributação no regime de lucro presumido.

Nessa sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

4.6. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal que possa ser mensurada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para sua liquidação.

4.7. Receita e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, estas são reconhecidas, em sua competência, no resultado do exercício por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com custo e juros sobre os empréstimos, IOF, despesas bancárias, multas contratuais, e juros sobre outras obrigações que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

4.8. Consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações contábeis de controladoras são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

4.8.1 Cessão de cotas

Em 6 de março de 2024, a Companhia deliberou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 1.000,00 para R\$ 174.513.654, mediante a emissão de 174.512.654 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação.

As ações emitidas foram totalmente subscritas na seguinte proporção: (i) Fundo de Investimento em Participações Conjunto Coremas – Multiestratégia, fundo de investimento registrado no CNPJ sob o n.º 8.556.828/0001-40, subscreveu 174.512.651 ações, pelo valor total de R\$ 174.512.651,00, e (ii) Nordic Power Partners P/S, subscreveu 03 (três) ações, pelo valor total de R\$ 3,00 (três reais), as quais foram por eles integralizadas mediante a contribuição de ações, de sua titularidade, representativas de 100% do capital social das empresas Coremas I Geração de Energia SPE S.A., Coremas II Geração de Energia SPE S.A. e Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

O critério de avaliação do patrimônio líquido para a cessão de cotas, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 29 de fevereiro de 2024.

4.8.2 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de acionistas não controladores.

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas, sendo que as consolidações tomaram como parâmetro a data base de 31 de dezembro de 2025.

4.8.3 Ativos e passivos consolidados

As principais informações dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão resumidas a seguir:

Investimento em Controlada	Participação % em 12/2024	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial	Investimento	31.12.2024
Coremas I	100%		56.367.501	60.116.902	3.285.192	3.285.192	60.116.902	60.116.902
Coremas II	100%		79.126.777	66.611.268	5.814.584	5.814.584	66.611.268	66.611.268
Coremas III	100%		62.490.295	80.006.988	9.376.956	9.376.956	80.006.988	80.006.988
TOTAL			197.984.573	206.735.158	18.476.73	18.476.732	206.735.158	206.735.158

Investimento em Controlada	Participação % em 12/2025	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial	Investimento	31.12.2025
Coremas I	100%	114.852.342	52.370.512	62.481.830	2.364.928	2.364.928	62.481.830	62.481.830
Coremas II	100%	145.894.043	72.768.325	73.125.717	6.581.812	6.581.812	73.125.717	73.125.717
Coremas III	100%	145.346.834	63.730.154	81.616.680	8.136.615	8.136.615	81.616.680	81.616.680
TOTAL		406.093.219	186.869.183	217.224.227	17.083.355	17.083.355	217.224.227	217.224.227

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

A. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48)
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Banco conta movimento	103.732	4.079	238.643	6.512.725
Aplicações financeiras (a)	-	-	67.239.093	41.972.999
Total	103.732	4.079	67.477.736	48.485.724

(a) A conta corresponde a aplicações financeiras de resgate imediato, com baixo risco de mudança de valor e com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender às obrigações de curto prazo. A remuneração das aplicações é de, em média, 15% no exercício de 2025 (10,88% no exercício de 2024).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Recebíveis de energia de reserva – Receita fixa (a)	-	-	7.061.831	6.724.701
Recebíveis de energia de reserva – Receita variável (b)	-	-	1.332.397	2.027.030
	-	-	8.394.228	8.751.731

(a) Se referem ao montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente.

(b) Se referem ao montante a receber decorrente da parcela variável da receita, resultado de MWh contabilizado a maior no PPA encerrado em 2025, e estimativa de entrega a maior no PPA que será finalizado em 2025, descrita na nota 4.3.

A abertura do saldo a receber, de 2025, por vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2025
Títulos a vencer em até 30 dias	8.394.228
Total	8.394.228

8. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios de seguros (a)	2.090.528	-	3.052.839	932.707
Cartas Fiança (b)	-	-	-	2.936.548
Adiantamentos	24.337	-	718.902	68.913
Depósitos Judiciais (c)	-	-	-	648.877
Reembolso de Despesas	-	-	-	1.169
Demais contas a receber	-	-	-	68.190
	2.114.865	-	3.771.741	4.656.404

- (a) Prêmios de seguro: são despesas pagas antecipadamente referentes às apólices de seguros de risco operacional e responsabilidade civil necessários para operação da usina. Os valores são apropriados nas contas de despesa, mensalmente, em função do prazo de vigência das apólices. No âmbito da aquisição de participação societária, a Controladora contratou seguro para risco da transação para cobertura de perdas decorrentes de eventuais violações de declarações e garantias.
- (b) Cartas Fiança: são despesas pagas referente a Carta Fiança FI187/17-TR02-C1 do Banco BTG em vigor até 30/05/2025 da Coremas I, Carta Fiança FI187/17-TR02-C2 do Banco BTG em vigor até 30-05-2025 da Coremas II e Carta Fiança CMT/20-ADT01-C1 do Banco BTG em vigor até 20-06-2025 da Coremas III, atreladas aos empréstimos com o BNB e tem natureza de garantia, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigações contratuais por parte da Companhia.
- (c) Depósito Judicial: se refere ao Auto de Infração n. 17227.724143/2022-72 contra Coremas II, em que está sendo discutido o valor a multa aplicada sobre autuação decorrente de diferença entre valor declarado e recolhido na ECF e DCTF no ano de 2018.

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Dividendos a receber	6.594.283		-	
Coremas I	289.314		-	
Coremas II	289.314		-	
Coremas III	289.314		-	
Outros Créditos (a)	-	2.910	-	72.429
	7.462.225	2.910	-	72.429

(a) Outros Créditos se referem à Prêmios de Seguros (R\$ 2.910) e Adiantamento à Fornecedores (R\$ 69.519)

10. Investimentos

10.1 Investimento em controladas diretas

Segue abaixo as informações financeiras resumidas das controladas em 2025 e 2024:

Investimento em Controlada	Participação % em 12/2025	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial	Investimento
Coremas I	100%	114.852.342	52.370.512	62.481.830	2.364.928	2.364.928	62.481.830
Coremas II	100%	145.894.043	72.768.325	73.125.717	6.581.812	6.581.812	73.125.717
Coremas III	100%	145.346.834	63.730.154	81.616.680	8.136.615	8.136.615	81.616.680
TOTAL		406.093.219	186.869.183	217.224.227	17.083.355	17.083.355	217.224.227

Investimento em Controlada	Participação % em 12/2024	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial	Investimento
Coremas I	100%	116.484.403	56.367.501	60.116.902	3.285.192	3.285.192	60.116.902
Coremas II	100%	145.738.045	79.126.777	66.611.268	5.814.584	5.814.584	60.611.268
Coremas III	100%	142.497.283	62.490.295	80.006.988	9.376.956	9.376.956	80.006.988
TOTAL		404.719.731	197.984.573	206.735.158	18.476.732	18.476.732	206.735.158

10.2 Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação do investimento em controladas, cuja participação é de 100%, apresentados nas demonstrações financeiras de 2025 e 2024, é como segue:

Movimentação dos investimentos em controlada **31.12.2025**

Saldo em 1º de Janeiro de 2025	206.735.158
Equivalência	17.083.355
Dividendos	(4.594.477)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	219.224.036

Movimentação dos investimentos em controlada	31.12.2024
Saldo em 1º de Janeiro de 2024	-
Aquisição de participação societária	188.258.426
Equivalência	18.476.732
Saldo em 31 de dezembro de 2024	206.735.158

11. Imobilizado

	Consolidado			Total
	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em Andamento	
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	-
Adição por aquisição de controladas	355.882.026	2.131	2.131	355.884.157
Baixas	(269.911)	-	-	(269.911)
Depreciação (a)	(15.351.822)	(752)	(752)	(15.352.574)
Saldos em 31/12/2024	340.260.293	1.379	1.379	340.261.672
Adição por aquisição de controladas	1.069.941	20.199	20.522	1.110.662
Baixas	-	-	-	-
Depreciação (a)	(18.407.883)	(1.512)	-	(18.409.393)
Saldos em 31/12/2025	322.922.351	20.066	21.901	322.962.941

(a) A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com a vida útil estimada para cada unidade geradora. A vida útil para a Central Geradora (UFV) foi estimada por meio de laudo técnico de engenharia, e para o grupo de computadores e periféricos foi utilizada a estimativa de vida útil do bem. A depreciação dos ativos está limitada ao período de autorização, conforme notas explicativas 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3. A taxa média anual de depreciação da central geradora e do grupo de computadores e periféricos foi de 5,29% a.a. e 20% a.a., respectivamente, na Coremas I; 5,49% a.a. na Coremas II e 4,89% a.a. na Coremas III.

12. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Direito de uso de terreno (a)	-	-	3.000.000	3.000.000
(-) Amortização acumulada	-	-	(883.889)	(783.889)
	-	-	2.116.111	2.216.111

A rubrica se refere ao valor integralmente pago á Rio Alto Energia Empreendimento e Participação LTDA pelos direitos de usufruto de 30 anos do Sitio Escurinho em Coremas-PB, onde a Usina Fotovoltaica está implantada.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Banco do Nordeste (a)	-	-	219.028.277	235.767.983
(-) Custos de transação	-	-	(20.752.329)	(22.388.162)
(-) Fundo de reserva	-	-	(26.028.186)	(23.186.447)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>172.247.762</u>	<u>190.193.374</u>
Circulante	-	-	15.243.254	15.506.946
Não circulante	-	-	157.004.508	174.686.428
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>172.247.762</u>	<u>190.193.374</u>

(a) Se refere ao saldo a pagar do financiamento tomado do Banco do Nordeste para construção do Complexo Solar O último pagamento de parcela de empréstimo (principal e juros) está contratualmente previsto para 15/11/2037.

Cronograma dos vencimentos classificados em passivos não circulantes:

O fluxo de amortização está demonstrado a seguir:

2026	15.243.254
2027	16.387.812
A partir de 2028	140.616.696
	<u>172.247.762</u>

Os valores alocados como custo de transação se referem às despesas incorridas com taxas de comissão, garantia e compromisso diretamente atribuíveis aos empréstimos tomados do Banco do Nordeste. Estes valores estão sendo amortizados de acordo com o prazo contratual da dívida.

O valor de fundo de reserva se refere à aplicação financeira cuja propriedade e posse direta foi cedida ao Banco do Nordeste em virtude do financiamento contratado.

A movimentação do saldo dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	<u>-</u>
Adição por assunção de controladas	203.998.619
(+) Despesas de juros incorporadas à dívida	13.944.906
(+) Amortização custos de transação	1.421.683
(-) Juros pagos	(13.998.328)
(-) Amortização do principal da dívida	(13.557.348)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(1.616.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	190.193.374
Saldo em 1º de janeiro de 2025	190.193.374
(+) Despesas de juros incorporadas à dívida	15.514.618
(+) Amortização custos de transação	1.635.833
(-) Juros pagos	(15.761.100)
(-) Amortização do principal da dívida	(16.493.223)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(2.841.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172.247.762

O contrato de empréstimo possui cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas, as quais são acompanhadas anual e mensalmente, respectivamente, pela Companhia.

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Pis e Cofins	-	-	271.356	374.222
ISS retido na fonte	-	-	702.356	682.044
INSS retido na fonte	-	-	3.736.241	3.718.708
ICMS a Recolher	-	-	22.472	10.201
Outras retenções	196	921	112.795	109.607
	196	921	4.845.220	4.894.782

15. Dividendos a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Dividendos a pagar	21.531.220	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	-	-
	21.531.220	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta Dividendos a Pagar totaliza R\$ 17.536.833, referente aos dividendos declarados pela Administração. A distribuição foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de junho de 2025, referente ao resultado apurado em 31 de dezembro de 2024.

Os dividendos declarados serão pagos ao único acionista registrado na data-base de 31 de dezembro de 2024. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, os dividendos não haviam sido pagos.

Além disso, foram reconhecidos os dividendos mínimos, conforme determina o Estatuto Social, no valor de R\$ 3.994.386.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado estava dividido em 174.513.654 quotas, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas, no montante total de R\$ 174.513.654,00, ficando a composição entre os cotistas da seguinte forma:

	11/04/2025	%	12/31/2024	%
CEEC (a)	174.513.654	100%	-	-
FIP Coremas	-	-	174.513.651	99,999998%

Nordic Power Partners P/S	-	-	3	0,0000017%
	174.513.654	100%	174.513.654	100%

(a) Em 4 de novembro de 2025, a CEEC Brasil, empresa do Grupo China Energy adquiriu a NewCo S.S. passando a deter 100% de participação societária na Companhia, que por sua vez detém 100% de participação nas três usinas fotovoltaicas Coremas I, II e III.

b. Ações ordinárias

Os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto social da Companhia. As ações ordinárias conferem direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

c. Reserva de Lucros

	31.12.2025	31.12.2024
Reserva de lucros	17.741.460	18.459.824
Ganho em Operação Societária (a)	13.745.770	13.745.770
	31.487.230	32.205.594

(a) Ganho referente à aquisição das ações representativas de 100% do capital social das empresas Coremas I Geração de Energia SPE S.A. , Coremas II Geração de Energia SPE S.A. e Coremas III Geração de Energia SPE S.A. em 06 de março de 2023

17. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Recebíveis de energia de reserva – Receita fixa (a)	-	-	81.442.889	72.349.907
Recebíveis de energia de reserva – Receita Variável (b)	-	-	-	1.375.871
(-) Tributos sobre receita	-	-	(2.973.822)	(2.721.258)
	-	-	78.469.067	71.004.520

(a) Se refere ao montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente descrita na nota 4.3.

(b) Se refere ao montante a receber decorrente da parcela variável da receita, resultado de MWh contabilizado a maior no PPA (*Purchase Price Allocation*) encerrado em 2024, e estimativa de entrega a maior no PPA que será finalizado em 2025, descrita na nota 4.3.

O desempenho das usinas solares tem sido impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS), constrained-off, deste modo a Companhia reconheceu em 2024 o valor de R\$ 1.375.872, que é fruto da compensação destas limitações. Em 2025, não houve impacto referente à constrained-off.

18. Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Tarifas de transmissão de energia	-	-	(3.861.264)	(3.039.914)
Custo de Manutenção	-	-	(1.857.179)	(3.547.222)
Custo da Compra de energia	-	-	(3.487.985)	(2.163.779)
Outros Custos	-	-	(1.684.096)	(39.667)
Depreciação e amortização	-	-	(18.509.394)	(15.352.574)
Serviços prestados por terceiros	(28.553)	(7.697)	(3.447.991)	(1.758.121)
Outras despesas	(211.228)	(24.411)	(3.453.665)	(1.423.995)
Outras receitas e despesas	-	-	2.036.776	(950.204)
	(239.781)	(32.108)	(34.264.798)	(28.275.476)

Custos da operação	-	-	(29.399.917)	(24.143.156)
Despesas administrativas e gerais	(239.781)	(32.108)	(6.901.657)	(3.879.146)
Outras receitas e despesas (a)	-	-	2.036.776	(253.174)
	(239.781)	(32.108)	(34.264.798)	(28.275.476)

(a) Indenização por perdas ocorridas no processo produtivo em decorrência da quebra de um transformador, paga a título de lucros cessantes pela Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.

19. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	4.836.319	2.002.736
Outras receitas financeiras	-	78.386	154.185	624.489
Receitas financeiras	-	78.386	4.990.504	2.627.225
Juros de mora	(1.295)	(5.274)	(211.224)	(12.114)
Juros de empréstimos	-	-	(15.514.618)	(13.944.906)
Despesas bancárias	(12.084)	(171)	(154.264)	(87.575)
Amortização custo de transação e carta fiança	-	-	(9.190.834)	(8.034.858)
IOF	(2.743)	-	(161.495)	(104.607)
Outras	(8.983)	(35)	(2.065.098)	(1.586.162)
Despesas financeiras	(25.105)	(5.480)	(27.297.533)	(23.770.222)
Resultado financeiro, líquido	(25.105)	72.906	(22.307.029)	(21.142.997)

20. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional tributável	-	-	81.442.890	73.725.778
Receita financeira tributável (a)	-	-	4.836.779	-
Outras receitas (b)	-	-	2.036.776	2.872.989
Total da Receita Tributável	-	-	88.316.445	76.598.767
Lucro Líquido do Exercício	16.818.469	18.517.530	-	-
Adições	1.086.228	(18.476.732)	-	-
Exclusões	(18.167.217)	40.798	-	-
Base de Cálculo Ajustada	(262.520)	28.559	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ Devido (alíquota 15%)	-	-	2.006.621	1.263.134
Adicional de IRPJ devido (alíquota 10%)	-	-	1.266.898	782.089
Total de IRPJ devido	-	-	3.273.519	2.045.223
	-	-	-	-

CSLL devida (alíquota 9%)	-	-	1.498.203	1.023.293
Total de CSLL devida	-	-	1.498.203	1.023.293
IRPJ corrente devido	-	-	3.273.519	2.045.223
CSLL corrente devida	-	-	1.498.208	1.023.293
Complemento devido (b)	-	-	307.050	-
Total de imposto de renda e contribuição social	-	-	5.078.771	3.068.516

A empresa controladora apura seus tributos pelo Lucro Real. As empresas Coremas I, Coremas II e Coremas III apuram seus tributos pelo Lucro Presumido.

(a) Em 2025, a Empresa reconheceu receita financeira no valor de R\$ 153.724 decorrente de atualização monetária (Selic) sobre indébito tributário, que não compõe a base de cálculo de IRPJ e CSLL, conforme definição do STF - Tema nº 962.

(b) Em 2025, a Empresa reconheceu o valor de R\$ 307.050 de IRPJ e CSLL referente à regularização de débito tributário de 2018 inscrito em dívida ativa federal. Trata-se de Mandado de Segurança que busca anular a citação por edital realizada no processo administrativo de nº 17227.724143/2022-72, referente à cobrança de IRPJ e CSLL de 2018 sobre receitas financeiras para à nulidade da intimação para reduzir o valor da multa, correspondente a 75% do valor devido.

21. Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas referem-se aos valores movimentados entre empresas do grupo para pagamento de fornecedores e manutenção do fluxo de caixa. A composição da movimentação desses valores está apresentada na tabela a seguir:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Coremas I	289.314	-
Coremas II	289.314	-
Coremas III	289.314	-
Dividendos a receber – Coremas III	6.526.919	-
Dividendos a receber – Coremas II	67.364	-
Outros Créditos	-	2.910
	7.462.225	2.910

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivos		
CEEC	21.531.220	
Coremas II	3.244.842	-
Coremas III	127.834	-
	24.903.896	-

A remuneração da administração, representada por salários e outros benefícios de curto prazo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foi paga pelos acionistas controladores.

O total de R\$ 21.531.220 se refere aos Dividendos a Pagar, sendo totaliza R\$ 17.536.833, referente aos dividendos aprovados em AGO em 15/06/2025 e R\$ 3.994.386, aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos.

22. Compromissos futuros

A seguir estão divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029 a 2037
CUST (a)	3.172.690	3.173.990	3.175.292	29.730.632
Maintenance (b)	2.725.991	2.727.109	2.728.227	25.539.031
Insurance (c)	1.354.795	1.355.350	1.355.906	12.675.441
Total	7.253.475	7.256.449	7.259.424	67.945.104

a. Encargos devidos ao uso do sistema de transmissão (CUST)

Durante toda a operação dos projetos a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso de sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) para empreendimentos contados na rede de transmissão.

b. Contratos de operação de manutenção

A Companhia possui contrato de longo prazo com fornecedor para manutenção das usinas fotovoltaicas.

c. Seguros

A Companhia mantém contratação de seguros que proporcionam cobertura para eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil e de perda e/ou deterioração dos ativos. A Administração considera que os valores segurados são suficientes para proteção de todos os ativos e compromissos e valores relevantes de alto nível de risco.

23. Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024.

24. Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4.1. O gerenciamento dos instrumentos financeiros ocorre por meio do acompanhamento da variação das taxas de juros e indexadores de empréstimos, da avaliação do risco de crédito de seus ativos, do monitoramento das cláusulas de covenants e da projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios financeiros.

a. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Controladora				Consolidado			
	Valor Justo por Meio do Resultado		Custo Amortizado		Valor Justo por Meio do Resultado		Custo Amortizado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativos								
Caixa e conta corrente	-	-	103.732	4.079	-	-	238.643	6.512.725
Aplicações financeiras	-	-	-	-	67.239.093	41.972.999	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	8.394.228	8.751.731
Outras contas a receber	-	-	4.114.674	-	-	-	3.771.741	4.728.833

Passivos								
Fornecedores	-	-	2.992	5.716	-	-	2.566.279	1.459.995
Dividendos a Pagar			21.531.220				21.531.220	
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	635.446	368.184
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	172.247.762	190.193.374

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2025		31.12.2025	
	Nível (*)	Valor Contábil	Valor justo (i)	Valor Contábil	Valor justo (i)
Ativos					
Caixa e conta corrente	Nível 2	103.732	103.732	238.643	238.643
Aplicações financeiras	Nível 2	-	-	67.239.093	67.239.093
Contas a receber	Nível 2	-	-	8.394.228	8.394.228
Outros recebíveis	Nível 2	4.114.674	4.114.674	3.771.741	3.771.741
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	2.992	2.992	2.566.279	2.566.279
Dividendos a Pagar	Nível 2	21.531.220	21.531.220	21.531.220	21.531.220
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	635.446	635.446
Empréstimos	Nível 2	-	-	172.247.762	172.247.762

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil.

(*) A Companhia segue a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** – Preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos
- **Nível 2** – Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível 3** – Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites:

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Em 2024, a Administração avaliou não necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contratos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais do cliente. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. As estimativas são calculadas com

base no registro histórico de descumprimento contratual e/ou inadimplências. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou não necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, se causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Valor Contábil	Até 2026	Até 2027	2028 à 2037	TOTAL
Fornecedores	2.563.286	2.563.286	-	-	2.563.286
Empréstimo BNB	172.247.762	15.243.254	16.454.749	187.330.274	219.028.277
Dividendos a Pagar	21.531.220	21.531.220	-	-	21.531.220
Outras contas a pagar	1.658.788	1.658.788	-	-	1.658.788

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus Instrumentos Financeiros com o objetivo de mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado para preparação destas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detectado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas.

Varição das taxas de juros e índices	Cenário Realizado	Cenário Provável	Provável	Sensibilidade	
	12/31/2025	12/31/2026		Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento do taxas de juros e IPCA	4.36%	3.91%	-0.45%	-0.56%	-0.68%
Risco de redução das taxas de juros e CDI	15.00%	12.00%	-3.00%	-3.75%	-4.50%

	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de variação do passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	204.737.215	(921.317)	(1.151.647)	(1.381.977)
Fundo de reserva vinculado ao empréstimo	CDI	(26.028.186)	(780.845)	(976.056)	(1.171.269)
Total		178.709.029	(1.702.162)	(2.127.703)	(2.553.246)
Risco de variação do ativo					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	67.239.094	(2.017.172)	(2.521.466)	(3.025.759)
Total		67.239.094	(2.017.172)	(2.521.466)	(3.025.759)

25. Eventos Subsequentes

Após a data-base das demonstrações financeiras, a garantia anteriormente vinculada a uma operação de crédito específica da Companhia foi liberada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Em decorrência desse evento, foi autorizada a liquidação da garantia bancária emitida pelo Banco BTG Pactual S.A., cuja efetivação estava condicionada à manutenção de tal garantia.

A liberação da garantia e o consequente pagamento da garantia bancária não afetam a posição financeira da Companhia na data-base das demonstrações financeiras.
